

EDITORIAL

A *Revista Caletroscópio* – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Ouro Preto – mantém, com este número, seu compromisso com a interdisciplinaridade, aspecto característico das linhas de pesquisa do Programa, ainda que, como se há de ver, haja certa unidade na variedade, que é intrínseca aos artigos dados a lume neste número. Assim, em que pese a diversidade já referida dos temas, a exploração do ingrediente lúdico da palavra poética e da não-reciprocidade do significante, submetida quer às circunstâncias próprias da enunciação, quer às determinantes históricas, parecem operar espécie de *leitmotiv* nos artigos aqui reunidos.

O número abre com o artigo de Fabio Paifer Cairolli, que trata do olhar agudo do poeta latino Marco Valério Marcial (40 – 104 d.C.), epigramatista do tempo de Domiciano, o maior que a Antiguidade nos legou, autor de quinze livros de epigramas. O pesquisador, profundo conhecedor e tradutor do poeta, discute como Marcial, em seu primeiro livro de epigramas, descreve a cidade de Roma e como os poemas, com o descrever a cidade, operam simultaneamente categorias da *Poética*, que estabelecem a divisão do esforço mimético relativamente às virtudes ou aos vícios da matéria *ficta*, e as funções típicas – do elogio ou do vitupério – prescritas pela retórica epidítica, de maneira que a descrição da capital do império, como espécie de simbiose, é indicativa quer das virtudes de que gozam as personagens, quer dos vícios de que são eivadas. Ademais, em função do escopo próprio do gênero, tomado como *genus humile*, os epigramas que analisa também são exemplos de literatura composta como e para o jogo, lúdica, portanto, e ligeira – *ludere*, em latim, é jogar, brincar, mas também *fazer poesia* (estabelecendo, pois, analogia com o inglês *play*). O epigrama, na leitura do articulista, é poesia que se debruça sobre a realidade do mundo, em sua mais explícita concretude, a ponto de incorporar, em dimensão mimética, a arquitetura da *urbs*.

O artigo que se segue, de Simone Cristina Mendonça, salta do Lácio às plagas luso-tipiniquins. Muito embora diverso na matéria em si, a descrição desempenha papel de fundamental centralidade na discussão do artigo cujo objetivo é, a partir do debate ensejado por teóricos importantes, como Coutinho e Sússekind, propor uma releitura dos cronistas dos séculos XVIII e XIX que visitaram o Brasil e de sua inserção, sob a

perspectiva da ideia romântica da “cor local”, no processo de constituição dos símbolos nacionais brasileiros nas décadas que se sucederam à independência do País, sobretudo na eleição do índio como herói nacional e na valorização da exuberância da natureza brasileira, entendidos como expedientes essenciais para a construção do sentimento de autonomia em relação à Metrópole.

O terceiro artigo do volume, de Patrícia Beraldo Romano, é bastante instigante quer por, como verdadeiro estudo de caso, desvelar o papel de D. Benta como mediadora da narrativa de *Peter Pan*, de autoria originalmente do escocês J. M. Barrie, e como contadora de histórias. Se, de um lado, parece-nos, a mediação, como é a hipótese da autora, constitui-se exemplo prático para professores, no processo de mediação de leitura na escola; de outro lado, a personagem D. Benta, de Lobato, é indício de outro processo de mediação: o de aclimatação da narrativa de J. M. Barrie para o universo literário e simbólico brasileiro. Nesse sentido, a história narrada pela boca da personagem lobatiana é tanto exemplo de mediação de leitura para o professor em sala de aula, em tudo que há de lúdico e poético, como deixa entrever os processos de composição “poético-tradutórios” de Lobato que, mais do que simplesmente traduzir *Peter Pan*, propõe-se a reelaborar a narrativa, incrustando-a no imaginário simbólico brasileiro em virtude do emprego criativo das estratégias de elaboração textual, o que converte o *Peter Pan*, de “Lobato” em verdadeiro exemplo de *transcrição*, no sentido haroldiano da palavra.

O artigo que se segue, de autoria de Raphael de Moraes Trajano, dando continuidade a certa dominante lúdica, própria da palavra poética, debruça-se sobre a análise de letras de canções do *rapper* Marcelo D2, a partir de concepções da heterogeneidade discursiva. O autor busca demonstrar como o processo de significação das relações sociais promovidas por Marcelo D2 em suas canções quando da incorporação de discursos alheios, tomados a seus “oponentes históricos”, constitui espécie de consciência identitária. Assim, mais do que letra, a canção, em chave dialógica, converte-se não só em amálgama de valores e estilos de vida compartilhados, mas sobretudo pertencentes aos outros, isto é, de seus antagonistas.

O quinto artigo deste número, de Vanessa Zucchi, tem como foco a obra de Roland Barthes. O trabalho, bastante instigante, busca rastrear nos escritos do eclético teórico francês a presença do corpo, entendido, aqui, como metáfora para a contemporaneidade

a partir da análise de suas diversas camadas de significado, já que, para Vanessa Zucchi, o corpo desempenha o papel de elemento que concentra a um só tempo as inquietações intelectuais de Barthes.

O artigo de Carlos Borges Junior, que dá continuidade ao volume, não tem como objetivo demonstrar, a partir de quaisquer concepções teóricas que sejam, uma hipótese ou mesmo debruçar-se sobre a análise de um objeto ou *corpus* textual ou mesmo pictórico. De todos os trabalhos aqui reunidos é o mais panorâmico, e justamente nisso é que consiste todos os seus méritos, já que o autor, basicamente, intenta perfazer espécie de voo panorâmico sobre a história dos Estudos Culturais, para, em seguida, propor uma leitura acerca de conceitos caros a seus estudiosos, como o de *identidade cultural*, *hibridismo*, *diferença e diversidade cultural*, *cultura* etc. Nesse sentido, trata-se de um artigo bastante útil para aqueles que, neófitos, se iniciam nessa área de estudo, de terreno ainda bastante fértil no Brasil.

O artigo que encerra nosso volume é de Maysa de Pádua Teixeira Paulinelli. Seu trabalho – muito interessante e diligente, em virtude sobretudo do levantamento de fontes documentais – tem como objetivo discutir a noção de demência no fim do século XVIII e inícios do XIX, presente em documentos jurídicos do período setecentista nas Minas Gerais; uma vez que não havia, do ponto de vista científico ou mesmo jurídico, uma denominação clara para a demência, a autora busca tratá-la sob a ótica de sua construção discursiva, tendo como aporte teórico autores da envergadura de Charaudeau, Amossy, Bezerman e Mota, o que, de certo modo, já é indicativo, pelo menos embrionariamente, do tratamento da loucura ou da demência em território institucional, jurídico que seja.

Integra também este número resenha da tese de doutoramento de Maria da Guia Taveiro Silva intitulada *Letramento e Linguagem em Escola Rural no Maranhão*, defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Letras da Universidade de Brasília, sob orientação da Profa. Dra. Stella Maris Bortoni-Ricardo. A tese, que se insere na sociolinguística variacionista, centrou-se no estudo do ensino de língua em uma escola rural do interior do Estado do Maranhão, buscando demonstrar o quanto é importante a participação da professora e da comunidade no processo de ensino/aprendizagem da norma de prestígio da língua portuguesa.

Os Editores.